

Acontecimento e Media

CALEIDOSCÓPIO

ENTRE O LEGÍTIMO E O LEGITIMADO. A EXPLOÇÃO DOS ACONTECIMENTOS NAS CAPAS DE *VEJA*

Introdução

Grandes acontecimentos que dominam o espaço midiático ganham destaque em diferentes veículos ao mesmo tempo: na televisão, no rádio, na Internet, em jornais e revistas. Exemplos mais e menos distantes no tempo, como a morte da lady Diana e a eleição de Barack Obama, demonstram o poder de afetação de determinados assuntos em uma coletividade.

Mas para além desses grandes acontecimentos, existe um noticiário diário que precisa ser alimentado e alimentar o cotidiano dos sujeitos. Nesse caso, poderia-se falar também de acontecimentos (diários) com poder de afetação como a morte de Diana e a eleição de Obama? As manchetes estruturadas na capa de qualquer jornal diário ou revista semanal configuram acontecimentos?

A tentativa aqui é de buscar perceber como é possível essa operação da mídia de, ao mesmo tempo em que se abre a um acontecimento legítimo em seu poder de transformação, precisar legitimar outros acontecimentos para sua própria sobrevivência enquanto instituição. A discussão não passará por uma tentativa de justificação desse caráter dual dos meios na sua forma de tratar os acontecimentos. Trata-se de uma busca de compreensão das maneiras como a mídia opera na escolha e seleção de determinados assuntos ao mesmo tempo em que é afetada por outros.

Paulo Bernardo Ferreira Vaz

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG),
Brasil / CNPq

Renné Oliveira França

UFMG / Bolseira da CAPES / Pesquisadora do
GRIS

PAULO B. F. VAZ / RENNÉ FRANÇA

O objetivo deste ensaio é propor um olhar para suas maneiras de lidar com duas concepções diferentes de acontecimentos: aquele que emerge por força própria e demanda uma investigação a respeito de suas causas e conseqüências; e aquele que aparece atrelado ao cotidiano, e não produz mudanças significativas para o coletivo. Quais forças estão em jogo entre o acontecimento legítimo e aquele que aparece legitimado¹ pelo discurso midiático?

O acontecimento legítimo

Louis Quéré (2005) procura demonstrar que em nossa experiência individual ou social nos confrontamos com acontecimentos de natureza diferenciada. Há os acontecimentos que ocorrem independentemente de nossa vontade ou expectativa e os que são provocados ou controlados com objetivos estratégicos. Há os que se produzem devido às modificações que atingem as coisas e os que ocorrem conosco, nos modificando. Há também aqueles que ocorrem no dia-a-dia sem receber importância especial e outros, mais marcantes, a ponto de se tornarem referências em uma trajetória individual ou coletiva.

Essa tentativa de situar o acontecimento na organização da experiência individual ou coletiva encontra dificuldades quando as ciências sociais apreendem o acontecimento como integrante exclusivo da ordem histórica e causal, não sendo percebido também como parte da ordem do sentido. A crítica de Quéré se direciona às ciências que buscam apreender o acontecimento, o encerram na categoria do fato e o compreendem unicamente sob o modo da causalidade, sem levar em conta a sua dimensão hermenêutica; isto é, a desprezar a atribuição posterior de valores e significações que lhe são atribuídos pelos sujeitos.

Quéré cita Hannah Arendt para apresentar duas formas distintas de compreensão do acontecimento. Considerado sob o ponto de vista do entendimento (que privilegia a contemplação), o acontecimento é um fato ocorrido no mundo, explicado à maneira de um encadeamento de fatores e inscrito em um contexto causal: é um fim no qual culmina aquilo tudo que o precedeu. Contudo, ao se olhar para o acontecimento do ponto de vista da ação, ele é um fenômeno hermenêutico, pois além de pedir para ser compreendido através de causas, também faz compreender as coisas, com um próprio poder de revelação.

O acontecimento apresenta, pois, um carácter inaugural, de tal forma que, ao produzir-se, ele não é, apenas, o início do processo, mas marca também o fim de uma época e o começo de outra. É, evidentemente, este poder de abertura e fecho, de iniciação e de esclarecimento, de revelação e de interpelação, que nos interessa aprofundar, em ligação com as modalidades de experiência que nos remetem para acontecimento assim entendido (QUÉRÉ, 2005: 65).

¹ Legítimo e legitimado não aparecem aqui como conceitos relativos ao Direito e ligados à noção de validade e legalidade. Trata-se, no caso, de duas adjetivações criadas com o objetivo de diferenciar a maneira como os acontecimentos surgem na mídia: o legítimo ligado a uma "naturalidade" de afetação da experiência enquanto o legitimado estaria voltado para uma "construção" discursiva dos fatos.

ENTRE O LEGÍTIMO E O LEGITIMADO...

Quéré se volta para a compreensão do acontecimento e da situação que ele gera ou revela através da comprovação da experiência e dos seus efeitos. Essa comprovação passa, também, pela explicação causal do acontecimento, que não é unicamente da ordem da contemplação, mas sim uma componente do seu caráter hermenêutico. A noção de causalidade e, conseqüentemente, de continuidade, é importante para perceber como o acontecimento introduz uma descontinuidade. Apesar de sua ocorrência mudar alguma coisa no estado anterior do mundo, nem todos os acontecimentos são inesperados; existem aqueles previstos, mas que, ainda assim, fazem emergir algo novo. Os grandes acontecimentos, porém, são, em sua maioria, inesperados, marcados pela descontinuidade:

São descontínuos relativamente a uns e a outros e excedem as possibilidades previamente calculadas, rompem com a seriação da conduta ou do correr das coisas – há seriação quando actos ou os acontecimentos anteriores da série abrem a via aos seguintes, de tal forma que estes resultam dos que os precederam. Esta descontinuidade provoca surpresa e afecta a continuidade da experiência porque a domina (*Idem*: 63).

Esse seria o motivo pelo qual procuramos reduzir as descontinuidades ao buscar socializar as surpresas provocadas pelos acontecimentos: restauramos a continuidade através da ligação do acontecimento a um contexto no qual ele se integra de maneira coerente e acaba por surgir como previsível. Entretanto, como ressalta Quéré, esse contexto não preexistia ao acontecimento.

Em suma, é preciso que o acontecimento tenha lugar, que ele se manifeste na sua descontinuidade e que tenha sido identificado de acordo com uma certa descrição e em função de um contexto de sentido, para que se lhe possa associar um passado e um futuro assim como uma explicação causal. Que emergem graças ao acontecimento. E que são da ordem da representação, ou melhor, da imaginação (*Idem*: 69).

É preciso que haja o acontecimento para que surja um passado desse acontecimento. Cria-se um passado relativo e exclusivo a esse acontecimento, e o mesmo ocorre com o contexto. Segundo Quéré, um acontecimento esclarece o seu passado e o seu futuro. Ocorrido no presente, ele delimita o que tornou possível a sua particularidade, criando um passado em função do sentido novo cujo surgimento ele provocou. Assim, o acontecimento possui um poder de esclarecimento e um sentido discriminatório. Sua observação permite descobrir o campo do qual ele faz parte e identificar a situação em que ele se insere.

O acontecimento se torna o pivô do inquérito sobre determinada situação, pois permite que se façam diferenciações e distinções, estabeleçam-se oposições e contrastes, escolham-se respostas apropriadas. Confrontados com um acontecimento, buscamos respostas para as questões: o quê, onde, por quê. Essa tentativa de se avaliar a situação referente ao ocorrido equivale, de acordo com Quéré, a uma construção de intriga. Trata-se de um enlaçamento entre as coisas devido a um acontecimento que se encaminha de maneira progressiva para um desenla-

PAULO B. F. VAZ / RENNÉ FRANÇA

ce. “A maioria dos acontecimentos que retêm a nossa atenção, retêm-na em função da sua pertinência a tais intrigas. Mas, por outro lado, é à luz desses acontecimentos que se forma a nossa compreensão da evolução das intrigas” (*Idem*: 70).

Uma intriga (ou enredo) é mais do que uma história em torno de um tema. Ela também representa uma situação problemática caracterizada por conflitos, tensões e contradições. Um problema é formado por uma série de elementos constitutivos que se entrelaçam com outros problemas conexos e criam um campo problemático. Os acontecimentos, ao se integrarem em uma intriga, ganham lugar em campos problemáticos. Graças a seu poder de esclarecimento e discriminação, servem como pivôs dos inquéritos que buscam soluções. Quéré apresenta a mídia como local privilegiado para se perceber os campos problemáticos formados pelos acontecimentos.

O papel dos media é, sem dúvida, decisivo enquanto suportes, por um lado, da identificação e da exploração dos acontecimentos, por outro, do debate público através do qual as soluções são elaboradas ou experimentadas. Mas importa sublinhar o carácter distribuído do inquérito que está na base de toda a problematização. Todos os tipos de actores sociais, desde os cidadãos militantes aos peritos e pesquisadores em ciências sociais, passando por sindicalistas, homens políticos e funcionários, eventualmente polícias e magistrados, e todo tipo de agências, instituições e organizações contribuem para ele. Não há coordenação organizada dessas participações. A coordenação faz-se através do debate público cujos suportes e arena são múltiplos, ou através de concertações que concretizam as decisões tomadas aos mais diversos níveis e destinadas a dar solução aos problemas (*Idem*: 73).

A partir dessa concepção, é possível compreender o destaque dado na mídia para grandes acontecimentos com poder de afetação sobre o coletivo, tais como a viagem do homem à lua, os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001, o tsunami na Ásia, Olimpíada, Copa do Mundo de Futebol. Esses acontecimentos teriam aquele poder de “quebra” do cotidiano, rompem com expectativas e obrigam sua reverberação pela mídia. Pode-se falar em um acontecimento “legítimo”, no sentido de que seu poder de mudanças pré-existe à sua exposição midiática, a provocar, por conta própria, um quadro de sentido que precisa ser explicado.

A mídia, e mais claramente o jornalismo, alimenta-se de acontecimentos em seu trabalho diário de informar seu público. Entretanto, como o próprio Quéré afirma, os acontecimentos têm como característica romper com o cotidiano, o que leva à questão: como o jornalismo consegue apresentar diariamente acontecimentos se esses últimos se caracterizam exatamente por só ocorrerem de tempos em tempos?

O acontecimento legitimado

Em uma concepção diferenciada daquela apresentada por Quéré, Maurice Mouillaud (1997) entende que os acontecimentos, apesar de explodirem na superfície da mídia, são o final de uma longa cadeia de transformações que entregam um real já domesticado. Na mídia, o aconteci-

ENTRE O LEGÍTIMO E O LEGITIMADO...

mento ganha a forma da informação: é um fragmento extraído de uma totalidade que não pode ser compreendida. Mouillaud vê o acontecimento, então, como um enquadramento, que emoldura um fragmento da experiência, separando-a de seu contexto e, com isso, permite sua conservação e seu transporte.

Percebe-se, aí, um conceito de acontecimento como algo mais próximo de uma construção, ordenado e estruturado a partir da mídia, que ganha relevância não por suas características próprias, mas por sua forma de publicização. Para Patrick Charaudeau (2006), o acontecimento midiático é sempre construído, selecionado em função de seus potenciais de atualidade, socialização e imprevisibilidade. O potencial de atualidade se avalia segundo a distância que separa o momento da aparição do acontecimento do momento da informação. Este potencial leva a mídia a tratar o acontecimento em sua imediatez, como se fosse algo definitivo, sem ligação com um acontecimento interior. Além disso, a imediatez liga-se a um potencial de proximidade espacial: a noção de atualidade carrega consigo a proximidade física do fato mostrado.

O potencial de socialização é avaliado segundo sua aptidão para representar o que acontece no mundo e afetar o destino de uma coletividade. O potencial de imprevisibilidade é aquele responsável por captar o interesse, atenção e afeto do sujeito. Ele se dá pelo fato de que o acontecimento vem perturbar a tranquilidade do sistema de expectativas do sujeito consumidor de informações, e faz com que os meios de comunicação procurem sempre colocar em evidência o insólito ou notável. Assim, para Charaudeau, todo tipo de fenômeno pode ser um acontecimento desde que seja reportado como novidade, naquilo que o autor chama de “processo eventencial”:

Para que um acontecimento possa ser percebido, é necessário que se produza uma *modificação* no estado de mundo fenomenal, geradora de um estado de desequilíbrio, que essa modificação seja *percebida* por sujeitos (ou que estes julguem que houve modificação) num efeito de ‘saliência’, e que essa percepção se inscreva numa rede coerente de *significações sociais* por um efeito de ‘pregnância’ (CHARAUDEAU, 2006: 99).

O acontecimento bruto é, de acordo com Charaudeau, algo que produz uma modificação no estado do mundo, se manifestando fisicamente, porém sem significação. Para que signifique, é necessário que seja percebido, mas também que seja formulado a respeito dele um discurso que permita dotá-lo de sentido e integrá-lo a um mundo de inteligibilidade social. O acontecimento midiático é o resultado de um dos discursos que transforma o fato bruto em um acontecimento suscetível de ser percebido e entendido pelos receptores da informação. Mas a atividade de transformação da instância midiática não se exerce de qualquer maneira. Depende, por sua vez, das propriedades potenciais do fato bruto e do contrato de comunicação que o vincula ao consumidor de informação.

Assim, os diferentes meios de comunicação produzem acontecimentos de acordo com as expectativas de seu público. Em seu trabalho de resposta às “pregnâncias”, a mídia constrói seus universos de discurso na forma de rubricas como política, economia, esportes, cultura.

PAULO B. F. VAZ / RENNÉ FRANÇA

Para isso basta, segundo Charaudeau, que os sujeitos “julguem que houve modificação” (p.99), mesmo que essa modificação não tenha efetivamente ocorrido. Dessa maneira, pode-se compreender melhor como o jornalismo consegue lidar diariamente com acontecimentos que não possuem poder de reverberação própria.

A partir de um enquadramento próprio dos meios, determinados fatos se tornam públicos como acontecimentos importantes e ganham poder de afetação pela simples forma de exposição. Aparecem, nesse modelo, acontecimentos a princípio sem importância, mas que recebem grande visibilidade, como o treino de um time de futebol, a gravidez de uma cantora, o casamento de uma atriz, os animais de estimação em situações exóticas. Nesses exemplos, não se trata de um acontecimento “legítimo”, mas podemos falar de um acontecimento “legitimado” pela mídia. Sua existência e importância não se dão por características próprias, mas pelas estratégias de sua exposição.

Entre o legítimo e o legitimado

Charaudeau lembra que o sujeito nunca tem acesso ao acontecimento bruto, com o qual entra sempre em contato já filtrado pela mídia. Nesse sentido, o “filtro” não difere muito do acontecimento aqui chamado de legítimo (com força própria de afetação) para aquele chamado legitimado (transformado em força modificadora pelos media): é utilizado um roteiro dramatizante que faz uso de arquétipos e outras narrativas do imaginário popular a fim de provocar emoção, e que pode estar presente tanto no relato de uma tragédia natural como em uma partida de futebol.

O objetivo aqui não é de discutir as maneiras de apresentação do acontecimento, mas como a mídia possui o poder de legitimar determinados assuntos e os transforma de maneira a afetar os sujeitos. Uma vez tornado acontecimento, o fato a princípio sem força de mudança, afeta a experiência de quem entra em contato com ele. Isso porque o acontecimento está ligado ao universo de expectativa de determinado grupo: a partir dos diferentes discursos construídos pela mídia (economia, esporte, cultura, por exemplo), diferentes expectativas são dadas, abrindo possibilidade de construção de acontecimentos com poder de afetação. Pensemos no exemplo do noticiário esportivo. Um determinado atleta não ir treinar torna-se um acontecimento a partir do momento em que havia a expectativa de que todos do time participariam daquele treinamento. O fato, a princípio sem importância, ganha relevância pela própria criação de expectativa do discurso midiático e torna-se acontecimento pela legitimação dessa saliência pelo mesmo discurso. É aquilo que Charaudeau chama de “pregnância”: capacidade de provocar uma saliência no discurso que ganha visibilidade e força por sugerir uma mudança no contexto.

O discurso dos meios de comunicação legitima essa saliência, diferentemente de um acontecimento de forte impacto coletivo como definido por Quéré. Nesse último caso, seus efeitos e afetação são sentidos pela comunidade onde ocorre e é sua força de reverberação que obriga sua publicização pela mídia. O acontecimento legítimo provoca uma quebra no discurso, e muitas vezes obriga mudanças na programação televisiva, radiofônica e em edições extras de

ENTRE O LEGÍTIMO E O LEGITIMADO...

jornais e revistas. Não precisa ser legitimado pela mídia, mas, pelo contrário, legitima os veículos que dão conta de abordá-lo naquilo que Quéré chama de construção de uma intriga. Ao abrir um novo campo de investigação, dá à mídia a legitimidade necessária para que esta última construa seus acontecimentos legitimados.

No tratamento preciso de acontecimentos com grande poder de afetação o jornalismo constrói sua força enquanto instituição² capaz de dar relevância para outros tipos de assuntos. Entre o acontecimento legítimo e o legitimado situa-se a mídia e sua capacidade de informar: “informar” no sentido de dar forma, em duas situações distintas. No primeiro caso, há uma obrigação em dar um formato, um sentido para aquilo que acontece. No segundo, é a sua escolha de um formato que dá ao sujeito um acontecimento que pode afetá-lo.

Na tentativa de dar conta dos fatos do mundo, os meios de comunicação se encontram abertos para a reverberação de acontecimentos ao mesmo tempo em que necessitam produzir quebras de expectativas para alimentar seu público. Com essas duas faces, cada uma voltada para um tipo de acontecimento, os meios caminham em sua busca constante na produção de sentidos. Entre o legítimo e o legitimado atua a mídia a adotar suas estratégias discursivas e faz valer seu poder de afetar a vida dos sujeitos.

Legitimação nas capas de *Veja*

Na tentativa de ilustrar melhor nossa discussão, apresentamos como exemplo algumas capas da revista brasileira *Veja*. Publicada semanalmente há mais de 40 anos, a revista de informação mais vendida do Brasil costuma trazer em sua capa acontecimentos legitimados, preferindo o destaque para as amenidades.

No ano de 2001 *Veja* publicou 51 edições, dentre as quais apenas dez continham em suas capas acontecimentos “legítimos”, com natural poder de afetação. Dessas dez capas do ano 2001, sete tratavam de um mesmo acontecimento: os atentados de 11 de Setembro nos Estados Unidos e suas conseqüências. As três outras apresentavam “apagão”, o acidente de helicóptero com o empresário João Paulo Diniz e o seqüestro do apresentador Sílvio Santos.

O poder do acontecimento legítimo é verificado na maneira como ele emerge com força sobre os acontecimentos legitimados, e no caso aqui exemplificado, é clara a maneira como os atentados terroristas de 11 de Setembro se impõem sobre as amenidades da revista *Veja*, obrigada a dar seis capas seguidas sobre o mesmo assunto.

Um recorte nos meses que antecedem e sucedem o acontecimento do 11 de Setembro demonstra como o acontecimento legitimado perde força frente ao acontecimento legítimo, sendo possível perceber o poder de afetação do 11 de Setembro no domínio espaço-temporal que ele possui na linha de tempo da revista.

² Para Berger e Luckmann, as instituições não se impõem apenas pela coerção, mas possuem uma *autonomia moral*, invocando um direito à legitimidade. Para maiores detalhes, ver BERGER, P., LUCKMANN, T. (1985). *A Construção Social da Realidade*, Petrópolis: Vozes.

PAULO B. F. VAZ / RENNÉ FRANÇA

Ao colocar assuntos como clonagem e o “novo” homem em suas capas, *Veja* utiliza seu poder enquanto instituição para publicizar esses assuntos e torná-los acontecimentos. Esses acontecimentos são legitimados a partir de construções discursivas nas capas da revista. Tomemos como um exemplo a capa do dia 22 de Agosto de 2001 – escolhida por apresentar um acontecimento legitimado que se encontra exatamente à mesma “distância” temporal de dois acontecimentos legítimos: o acidente de João Paulo Dinis e o seqüestro de Sílvio Santos. O assunto tratado é de uma pesquisa que aponta o homem atualmente em crise com a imagem arquetípica masculina. Para legitimar o estudo como acontecimento, a revista faz uso de uma imagem em preto e branco de um homem jovem que traz nos braços um bebê, em pose tradicional e reconhecidamente na História da Arte, adotada por mulheres pintadas ou fotografadas como “madonas”.



Sobre a fotografia, a manchete **HOMEM/O SUPER-HERÓI/FRAGILIZADO**. A palavra **HOMEM**, vazado em branco e em tipo serifado (ligado a convenções adotadas e aceitas pela tradição ocidental), integra o texto à imagem, “cola” o significante ao significado: é como se afirmasse que o sentido da palavra homem é esse sujeito mostrado na capa da revista. Abaixo, em um amarelo escuro, **O SUPER-HERÓI FRAGILIZADO** aparece como uma definição que salta aos olhos e fecha a legitimação proposta pela revista reduzindo o poder masculino que, ao ser relacionado à maternidade, é fragilizado.

Já nas capas destinadas ao acidente de helicóptero, o seqüestro e o 11 de Setembro, percebemos uma propriedade do acontecimento que não é produzida pela revista, mas dada pelo seu efeito de modificação.

Duas semanas antes da capa destinada ao “Homem Fragilizado”, *Veja* apresentou o acontecimento ocorrido com o helicóptero do empresário brasileiro João Paulo Diniz, que caiu no mar e provocou a morte da modelo Fernanda Vogel, sua namorada. Os dois tentaram nadar até a costa, mas a garota não resistiu ao cansaço e afogou. A capa de *Veja* tenta dar conta desse fato dramático.

ENTRE O LEGÍTIMO E O LEGITIMADO...



A imagem utilizada na capa do dia 08 de Setembro de 2001 não é produzida em estúdio, mas foto-jornalística, flagrante do acontecido. A manchete é uma frase do empresário destacada entre aspas que legitima a veracidade do acontecimento: “ESTAVA ESCURO./EU DIZIA: VAMOS FERNANDA!/UMA HORA, NÃO A VI MAIS./NADEI DESESPERADO/TENTANDO ENCONTRÁ-LA./FOI HORRÍVEL”. A cor da frase também é próxima da cor do título *Veja*. Mas diferentemente da capa sobre o “Homem”, aqui o título apresenta uma leve gradação cromática, dando uma impressão de que o acontecimento “dominou” a instituição. Outro indício disso é que a cabeça do empresário tampa parte do título, a demonstrar a força do acontecimento sobre a própria revista. Logo abaixo do título, uma fotografia recortada da vítima Fernanda Vogel completa a ilustração dos personagens do acontecimento. O rosto da modelo aparece localizado na linha do olhar do empresário e invade a manchete deixando claro sobre quem trata a frase.

Quatro edições posteriores – ou duas edições após o acontecimento legitimado “homem”, *Veja* apresenta uma capa destinada ao seqüestro do empresário e apresentador brasileiro de televisão Sílvio Santos.



PAULO B. F. VAZ / RENNÉ FRANÇA

Nessa capa do dia 05 de Setembro de 2001, pode-se perceber novamente duas características próprias do acontecimento legítimo nas capas da revista. A imagem utilizada não é posada ou produzida, mais próxima do telejornalismo. Como manchete de capa tampouco é utilizada uma frase da revista, mas um trecho do depoimento do apresentador. A revista recorre às aspas para reforçar seu efeito de real. Logo abaixo, três frases separadas demonstram o poder do acontecimento de modificar o passado: a revista recupera outros assaltos sofridos pelo apresentador e se propõe explicar o que levou o seqüestro a ocorrer, seja pelo fato de Sílvio Santos não possuir um guarda-costas ou porque o seqüestrador abandonou a religião.

O nome *Veja*, em vermelho, destaca-se do restante da imagem a reforçar o acontecimento como algo inesperado, vindo “de fora” da revista e aqui também o título é em parte tampado pelo acontecimento retratado: a mão do apresentador. Na parte superior esquerda da capa, uma faixa traz a chamada para a entrevista com outra famosa personalidade, o cineasta Steven Spielberg. O pequeno destaque para um assunto mais ameno acaba por fortalecer o caráter urgente e legítimo do seqüestro enquanto acontecimento.

E duas edições após o seqüestro de Sílvio Santos, a capa da revista apresenta o acontecimento dos atentados terroristas nos Estados Unidos, que irão “quebrar” a seqüência de pelo menos um acontecimento legitimado entre os acontecimentos legítimos, dando início a seis capas seguidas sobre um mesmo assunto.

A capa do dia 19 de Setembro de 2001 também faz uso de uma imagem flagrante, como se congelasse o acontecimento no momento em que ocorre. A fumaça que emerge da torre em chama do World Trade Center surge sobre o nome *VEJA* e demonstra o poder do acontecimento acima da própria instituição midiática.



Diferentemente da capa do seqüestro de Sílvio Santos, a fotografia jornalística não ocupa aqui a capa por inteiro, sendo recortada por um fundo em preto que reforça a dramaticidade do acontecimento. Ao lado do título, uma estrela como a frase EDIÇÃO/ESPECIAL em destacado

ENTRE O LEGÍTIMO E O LEGITIMADO...

amarelo traz a idéia de urgência do acontecimento e logo abaixo uma coluna faz a chamada para as tentativas da revista de explicá-lo. As pequenas frases em cinza são separadas por curtos traços vermelhos que chamam a atenção para a violência do acontecimento e funcionam como setas indicativas para o olhar na fotografia que completa a capa.

Aqui, o acontecimento legítimo se sobrepõe totalmente à revista: o foco do olhar inicial é para a explosão e só depois, pela “ligação” entre a fumaça e o título, que o sujeito lê o nome *Veja*. O destaque para o excepcional do acontecimento, seja no escrito em amarelo ou no fundo preto, deixam clara sua legitimidade e que à revista não cabe explicar ou construir um sentido, mas apenas dizer com sua manchete aquilo que a imagem já disse de maneira objetiva: O IMPÉRIO/VULNERÁVEL.

A força da imagem do 11 de Setembro legitima, por si, o acontecimento e justifica a quebra de expectativas e as cinco capas seguidas que a revista dedicará ao tema. Essas capas trarão conseqüências e repercussões dos atentados a partir de imagens mais ou menos produzidas em cima de fotografias não posadas. “Guerra ao Terror”, “O Vírus Anti-EUA”, “Fé Cega e Mortal”, “O Profeta do Terror” e “Anthrax” fazem uso de efeitos gráficos em uma espécie de tentativa do acontecimento não perder sua legitimidade natural.

Nesse caso, um acontecimento legítimo parece passar a ser legitimado pela revista. Os atentados terroristas continuam com seu poder natural de afetação, mas ao se abrir à sua reverberação, *Veja* parece também já colocar seu peso institucional e moldar de maneira mais concreta as ondas resultantes do acontecimento.



GUERRA/ AO TERROR apresenta uma imagem glamourizada do poderio bélico dos Estados Unidos, com a fotografia ao pôr do sol, onde um helicóptero aponta as miras das armas para o leitor e suas hélices tampam a base do nome *Veja*. Já a capa O VÍRUS/ ANTI-EUA deixa claro a opinião da revista: o nome *Veja*, em chamas, sobrepõe-se à bandeira dos Estados Unidos também consumida pelas mesmas chamas. Nesses dois exemplos, a revista usa um acontecimento legítimo para deslegitimar algumas de suas conseqüências (como “a demagogia que

PAULO B. F. VAZ / RENNÉ FRANÇA

transformou a vítima em culpada”) e legitimar outras (a guerra ao terrorismo). O helicóptero com suas hélices sobre *Veja* reforça que a guerra é inevitável e importante e maior do que a própria revista. O fogo consome o nome *Veja* e transparece em uma janela que coloca a revista como aliada aos EUA e, como instituição, também “queima” com opiniões que colocam os americanos como culpados dos atentados que sofreram.

Pode se perceber nos casos apresentados, como acontecimentos legítimos e acontecimentos legitimados surgem de maneira diferente na superfície da mídia e como essa complexa relação pode produzir essa híbrida publicização, que faz uso de algo legítimo para legitimar os valores e opiniões do dispositivo midiático enquanto instituição. Enfim, através da publicização de um acontecimento legítimo, a mídia se legitima e tem condições de legitimar acontecimentos futuros.

Referências

- ANTUNES, E.; VAZ, P. (2006). “Mídia: um aro, um halo e um elo”, in: GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera (Orgs.). *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*, Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- BENNETI, M. (2007). “A ironia como estratégia discursiva da revista *Veja*”, in: Anais do XVI Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, Curitiba: Compós, v. 1.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. (1985). *A Construção Social da Realidade*, Petrópolis: Vozes.
- CHARAUDEAU, P. (2006). *Discurso das mídias*, São Paulo: Contexto.
- MOUILLAUD, M. (1997). *O Jornal da forma ao sentido*, Brasília: Paralelo 15.
- QUÉRÉ, L. (2005), “...tre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento”, *Trajectos*, nº 6, Lisboa: ISCTE / Editorial Notícias, pp. 85-94.
- SCALZO, M. (2004). *Jornalismo de revista*, São Paulo: Contexto.
- SILVERSTONE, R. (2002). *Por que estudar a mídia?*, São Paulo: Loyola.
- VÉRON, E. (1999). *A análise do contrato de leitura: um novo método para os estudos de posicionamento de suportes impressos*, Vitória: UFES.